



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Eu hoje vou falar sobre o futuro do Brasil. Vou falar sobre as crianças que lutam, todos os dias, pela própria sobrevivência: os meninos e as meninas de rua.

Não dá mais para cruzar os braços diante de tudo isso que nós vemos. E a gente tem uma sensação de impotência.

Nós sabemos que não é só falta de dinheiro que joga uma criança na rua; violência dentro de casa também joga a criança na rua.

Não se sabe, nem o Governo e nem a sociedade, ao certo, mesmo, quantos vivem na rua. É verdade que não se sabe. E não sabemos porque é difícil fazer essa contagem. Eu conheço alguns levantamentos que mostram, por exemplo, no Rio de Janeiro, cerca de 2 mil; na Bahia, São Paulo, menos de mil. Mas não se sabe muito bem disso.

Para começar, as regiões do país são muito diferentes. Por exemplo: a gente faz uma contagem no Rio Grande do Sul durante o inverno, dá um número menor, porque as crianças saem da rua. No verão, esse número aumenta.

Então, é preciso definir o número das crianças na rua. Mas, para poder definir o número, é preciso saber o que é menino de rua. Aquele que vive na rua, não tem família, é menino de rua? É aquele que busca na rua o ganha-pão, mas depois volta para casa? É o que tem casa, vai à escola, mas anda perambulando na rua para pegar algum dinheirinho?

É preciso dar uma resposta mais clara, mais concreta, para que nós possamos, juntos, trabalhar melhor para resolver essa questão, para fazer justiça e para tratar a criança como uma pessoa que tem direitos.

A constatação de que ela está na rua não diminui nem os direitos dela nem o fato de que ela é uma criança.

Até o fim do ano, nós vamos fazer o levantamento sobre o número de crianças que vivem na rua e sobre os programas sociais que estão sendo desenvolvidos com essas crianças.

Ainda no fim deste mês, o Ministério da Justiça vai definir, com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, os critérios para distribuição do dinheiro do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente. Esse Conselho não é do Governo. Tem gente do Governo, mas também tem representantes da sociedade.

Mas não se resolvem os problemas de meninos de rua só com dinheiro. É preciso ter uma política. Essa política está sendo discutida no Ministério da Justiça, e há muitas idéias. Por exemplo: levar a criança que tem família de volta para casa e, se for preciso, até dar um dinheirinho para a família. Neste caso, é preciso ter técnicos para acompanhar as crianças, para saber mesmo se elas estão sendo bem tratadas em casa, se estão freqüentando escola.

A saída para o menino que não tem família é o lar substituto, ou então a criação de uma espécie de albergue. A experiência de albergues, até com portas abertas: fica quando quer, sai quando quer. Porque é todo um jeito de viver que foi se desenvolvendo, que é difícil de controlar, e, muitas vezes, não adianta impor, não é? Os meninos poderiam passar a noite nesse albergue, e teriam aí padrinhos – pessoas ou empresas que dariam dinheiro e acompanhariam o desenvolvimento desses meninos.

E nós precisamos cuidar da defesa dos direitos dos meninos e meninas de rua. A criança que não respeita a lei, assalta ou mata, tem de ter um tratamento diferente, não pode ficar confinada junto com outras 200, 300 crianças, muitas vezes mais velhas e envolvidas em atos mais graves. Esses que estão envolvidos nesses atos, não podem se misturar com os que são apenas crianças de rua, e nem podem ser vigiados por pessoas despreparadas.

Então, nós vamos ter que criar pequenos estabelecimentos, para recuperar as crianças infratoras e treinar pessoas para cuidar delas. Não

adianta mais fazer enormes albergues ou quase penitenciárias para crianças. Não é isso. Tem que ter uma coisa de um tamanho mais humano.

Além disto, nós vamos estudar a criação de um serviço nacional de proteção às testemunhas, porque, hoje, os meninos de rua têm medo de denunciar porque eles sofrem maus tratos e podem até morrer.

Eu hoje estou falando, o tempo todo, de idéias e propostas em estudo, porque eu quero discutir tudo com a sociedade, com as entidades que já trabalham com os meninos de rua. Entidades como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que atua em 24 estados; como o Projeto Axé, de Salvador, que ensina às crianças de rua uma profissão; como as Pastorais do Menor; enfim, todas as entidades que ajudam a tornar mais humana a vida dessas crianças.

Nós precisamos trabalhar juntos, Governo e sociedade. Quando se trata de cuidar de crianças abandonadas, precisamos esquecer as diferenças políticas e religiosas e trabalhar juntos.

O futuro dessas crianças, e do Brasil, depende do nosso trabalho em comum.